

SÉRIE CEPPAC
ISSN Formato Eletrônico 19822693

006

**A Política de Coligações no Brasil – antes e depois da
Verticalização (1994 e 1998 *vs.* 2002 e 2006): Impactos
sobre os partidos**

David Fleischer

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas

**Brasília
2007**



Universidade de Brasília

Reitor da UnB: Timothy Martin Mulholland

Diretora do ICS: Lourdes Maria Bandeira

Diretora do CEPPAC: Sônia Ranincheski

Vice-Diretor do CEPPAC: Cristhian Teófilo da Silva

Editor da Série CEPPAC: Cristhian Teófilo da Silva

A Série Ceppac é editada pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas desde 2006. Visa a divulgação de textos, artigos, ensaios e resultados de pesquisa nas Ciências Sociais e no continente americano. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a Série Ceppac incentiva e autoriza sua republicação. Solicita-se permuta

ISSN formato impresso

ISSN formato eletrônico 19822693

Série Ceppac vol. 006, Brasília: CEPPAC/UnB, 2007.

Série Ceppac has been edited by the Graduate Center for the Comparative Research on the Americas of the University of Brasilia since 2006. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research results in the area of Social Sciences and in the american continent.. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication. We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

ISSN print format

ISSN electronic format 19822693

Série Ceppac vol. 006, Brasília: CEPPAC/UnB, 2007.

A Política de Coligações no Brasil – antes e depois da *Verticalização* (1994 e 1998 vs. 2002 e 2006): impactos sobre os partidos¹

David Fleischer²

1.0 – A imposição da *Verticalização*

Este trabalho aborda os efeitos da polêmica decisão tomado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) na Resolução 21.002 de 26 de fevereiro de 2002 que impôs a chamada *verticalização* nas coligações entre as alianças partidárias para as eleições presidenciais e os pleitos proporcionais (deputado federal e estadual) naquele ano. Para a maior parte dos analistas e cientistas políticos, o próprio TSE havia violado o princípio de “decorso de prazo” contido no Artigo 16 da Constituição Federal de 1988 – não pode alterar as regras para as eleições **um ano** antes do respectivo pleito. Ora, a eleição estava marcada para 6 de outubro de 2002 – assim, todas as mudanças nas regras para aquela eleição deveriam ter sido adotadas antes de 30 de setembro **de 2001**. Neste caso, o TSE impôs esta *verticalização* das coligações **seis meses** fora do prazo para este tipo de alteração conforme Art. 16 acima mencionado. Além disso, alegou-se que o TSE havia usurpado a função legislativa do Congresso Nacional para alterar normas eleitorais. (Nicolau, 2003; Rabat, 2002)

O TSE (e por sua vez o STF) respondeu que a *verticalização* das coligações nada mais foi de que uma “interpretação” da legislação eleitoral; não se criou nada de “novo”; e, portanto não violou os prazos estipulados no Art. 16. Alegou-se que o TSE simplesmente respondeu uma consulta formulada pelo Dep. Miro Teixeira (PDT-RJ).

No que consiste este conceito de *verticalização*? Basicamente, tenta impor uma “simetria” [consistência] entre as alianças partidárias para Presidente de República e as coligações proporcionais. Assim, as coligações para Presidente teriam que ser reproduzidas nos 27 estados nas eleições para deputado federal e estadual. Porém, este conceito não foi aplicado para *verticalizar* as coligações majoritárias (Governador e Senador).

Na prática, nenhum partido coligado a nível presidencial em 2002 poderia participar de coligações estaduais organizados por partidos que pertenciam outras coligações presidenciais. Por exemplo, em 2002 **quatro** coligações presidenciais foram organizadas: **1)** o PT coligou com o PL, PCdoB, PMN e PCB na chapa que apoiou à eleição de **Lula**; **2)** o PSDB e o PMDB apoiaram a candidatura de José **Serra**; **3)** o PPS, PTB e PDT se aliaram em favor da candidatura de **Ciro Gomes**; e **4)** o PSB, PGT e PTC lançaram a candidatura de Anthony **Garotinho**. Assim, por exemplo, o PT ou PCdoB não poderiam se coligar com o PTB ou PDT a nível estadual – **mas**, poderiam participar de coligações com outros partidos não participantes das alianças presidenciais, como o PFL ou PPB. Alguns analistas enxergaram uma tentativa do TSE de “prejudicar” a eleição do candidato do PT (Lula) em 2002. (Figueiredo, 2003;

¹Versão modificada de trabalho apresentado no VII Congresso da BRASA (Brazilian Studies Association), Vanderbilt University, Nashville, TN, 13-16 de outubro de 2006. Agradeço a valiosa contribuição de **Jefferson Dalmoro** e **Aline Machado** que me forneceram as listas de coligações proporcionais para as eleições de 1998, 2002 e 2006. Os dados sobre as coligações de 1994 foram compilados por **Vivaldo R. Sousa**.

² Professor Emérito no IPOL e CEPPAC, Universidade de Brasília.

Guerzoni Filho, 2004; Mignone, 2002; Rabat, 2002)

Na sua decisão de fevereiro de 2002, o TSE justificou a imposição da *verticalização* das coligações presidenciais e proporcionais para inibir a formação de “coligações *esdrúxulas*” nos estados. No sentido de “por ordem no galinheiro” eleitoral, o TSE quis eliminar a formação de coligações ideologicamente “inconsistentes” [tipo PT com PFL, ou PPB com PCdoB, por exemplo]. Ao mesmo tempo, tentou evitar “cruzamentos” de partidos aliados ao nível presidencial que faziam alianças com partidos a nível estadual que pertencessem a coligações “adversárias” na corrida presidencial. **(Fogaça, 2002; Machado, 2005; A.A.M. Santos, 2006)**

Porém, como ainda veremos, o efeito [ou impacto] foi o contrário. Lula foi eleito com uma larga maioria (no 2º turno), e o PT elegeu a maior bancada na Câmara Federal (91 deputados). Paradoxalmente, até parecia que a *verticalização* ajudou Lula e seu PT, pelo menos nas eleições proporcionais em 2002.

2.0 – As coligações – sem e com a *Verticalização*

Assim, esta análise vai comparar as composições das coligações proporcionais nas duas eleições **sem** a *verticalização* (1994 e 1998), e com as duas eleições **com** a *verticalização* (2002 e 2006). Ou seja, a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) *versus* a eleição e reeleição de Luiz Ignácio Lula da Silva (PT).

Vamos aos dados. Os **Quadros 1 a 4** apresentam as “parcerias” entre partidos para formar coligações nos 27 estados – em 1994, 1998, 2002 e 2006, respectivamente – onde as parcerias consideradas “inconsistentes” estão destacadas em **negrito**.

2.1 – Sem a *verticalização* – 1994 e 1998

De grosso modo, os padrões das coligações em 1994 e 1998 são semelhantes, mas evidenciam algumas diferenças significantes.

Em **1994**, a coligação que apoiou Cardoso era de apenas três partidos (PSDB-PFL-PTB), com o apoio “informal” do PP e PL. A coligação de Lula era maior (PT-PSB-PCdoB-PPS-PSTU-PV). Também, o PMDB-PSD lançou Orestes Quécia, Leonel Brizola candidatou pelo PDT, e Esperidião Amim pelo PPR.

Em **1998**, a coligação Cardoso foi ampliada para incluir o PPB e o PSD; a aliança que apoiou Lula incluiu o PDT com Brizola como Vice (PT-PDT-PSB-PCdoB); o PPS-PL lançou Ciro Gomes; e o PMDB não participou de nenhuma coligação presidencial.

Podemos observar um grande número de coligações “cruzadas” (inconsistentes) entre os partidos coligados nas eleições presidenciais nas eleições proporcionais nos 27 estados.

Assim, fica fácil ver o primeiro impacto da *verticalização* sobre o sistema partidário e como os partidos se organizaram para disputar as eleições proporcionais em 2002 e 2006 (**com** a *verticalização*), comparado com 1994 e 1998 (**sem** a *verticalização*) no **Quadro 5**.

A norma imposta pelo TSE provocou um aumento no número de coligações nos 27 estados (quase o dobro) – de 72 e 79 em 1994 e 1998 para 140 em 2002 e 2006. De médias de menos de **3** coligações por estado **sem** a *verticalização*, passaram para médias maiores de **5** **com** a *verticalização* em 2002 e 2006. Também, podemos verificar que mais ou menos um terço dos estados contava com mais de cinco coligações após a *verticalização*.

Como ficou a parte “esdrúxula” das coligações em 1994 e 1998 (de que tanto reclamou o TSE em fevereiro de 2002)? Examinamos o **Quadro 1** e **Quadro 2** para detectar “inconsistências” [ideológicas e políticas] na formação das coligações. Quais as parcerias que poderiam ser consideradas “inconsistentes”? Estas foram destacadas em **negrito** nestes dois quadros.

Das 912 parcerias registradas em **1994**, 376 apresentavam “inconsistências” (**Quadro 6**) – ou seja, 41,2% do total. Cabe mencionar que nesta eleição quando o seu “líder máximo” [Leonel Brizola] candidatou à Presidência da República, o PDT apresentou o maior índice de parcerias “inconsistentes” – 56 (81,2%) seguido de perto pelo PMDB de Orestes Quércia com 54 (81,9%) e o PSDB de Cardoso (65,7%). Os partidos com os menores índices foram – o PL (22,9%), considerado “de Direita” e os partidos da coligação Lula (12,1% a 29,3%), considerados “de Esquerda”. (**Garcia, 1995; Lima Junior, 1995; Rodrigues, 1995**)

Fora do PDT, PMDB e PSDB, o PFL (32,3%), PTB (34,9%) e o PP (43,5%) apresentaram índices “medianos” de parcerias “inconsistentes”. Com níveis de “inconsistências” em média de 41,2%, o padrão 1994 parece configurar um sistema de coligações “esdrúxulas” no conceito do TSE.

Cabe ressaltar que nesta eleição de 1994, os candidatos dos “grandes” partidos – Orestes Quércia (PMDB), Esperidião Amim (PPR) e Leonel Brizola (PDT) tiveram um desempenho fraco, sendo que foram superados pelo candidato “conservador” Enéas Carneiro (Prona), que inclusive venceu Brizola no Rio de Janeiro e Quércia em São Paulo. (**Fleischer, 2007**) Assim, em 1998, o PMDB, PPR/PPB e o PDT não lançaram candidatos presidenciais.

Vamos então examinar a situação das coligações em **1998** nos **Quadros 3** e **7** – o ano da reeleição do Pres. Fernando H. Cardoso. Esta vez, Leonel Brizola se tornou candidato à Vice Presidência na chapa de Lula, e o PPS lança Ciro Gomes à Presidência. A coligação que elegeu Cardoso em 1994 (PSDB-PFL-PTB) passou a incluir o PPB e PSD. (**Fleischer, 1998**)

Com **três** coligações formadas em 1998, envolvendo **onze** partidos a situação foi diferente daquela observada em 1994. Nesta eleição “da reeleição”, foram fechadas mais parcerias (1.039 *versus* 912 em 1994) com um número um pouco maior “inconsistências” observadas (390 *versus* 376 em 1994). Porém, o percentual de “inconsistências” foi um pouco menor (37,5% *versus* 41,2% em 1994) – portanto, um pouco menos “esdrúxula” – em torno de 40% das parcerias se encaixava neste conceito formulado pelo TSE em fevereiro de 2002.

Os índices de “inconsistência” do PSDB e PFL em 1998 (44,2% e 18,8%) foram

menores que em 1994 (65,7% e 32,3%) – em grande parte por causa da reeleição, a incorporação do PPB (ex-PPR) na chapa e a desistência do PMDB em lançar candidato à presidência. Já o índice do PTB em 1998 foi um pouco maior (41,0% *versus* 34,9%). Nesta coligação que reelegeu o Presidente Cardoso em 1998, mais de 40% das parcerias do PSDB e PTB poderiam ser consideradas “esdrúxulas”.

Em 1998, a coligação que lançou Lula na sua terceira tentativa incluiu o PDT (com Leonel Brizola para vice-presidente), mas perdeu o PPS que lançou Ciro Gomes. Talvez, por esta razão, o PDT teve um índice de “inconsistências” bem menor (23,5%) do que foi observado em 1994 (81,2%). Salvo o PPS (69,7%), os outros partidos considerados de “Esquerda” tiveram índices de “inconsistências” semelhantes aos de 1994.

Em 1998, o PPS lançou candidato próprio à Presidência – Ciro Gomes – que depois de ingressar na política cearense pelo PDS nos anos 1980, seguiu Tasso Jereissati para o PMDB em 1986 e o PSDB em 1988. Assim, em 1990, Gomes foi eleito como sucessor de Jereissati no governo cearense – o único governador eleito pelo PSDB naquele pleito. Em agosto de 1994, o então Presidente Itamar Franco nomeou Ciro Gomes como Ministro da Fazenda e assim ele se tornou um dos 3 “pais do Plano Real”. Depois de um estágio em Harvard, Gomes retornou ao Brasil em 1997 e filiou-se ao PPS. **(Fleischer, 1998; Roma, 2000)**

Na tentativa de angariar mais apoios nos estados para a sua chapa presidencial em 1998, o PPS selou 13 parcerias com o PSDB e PL, e ainda outros 5 com o PMDB. Assim, o seu índice de “inconsistências” naquele ano foi maior que o observado em 1994 (69,7% *versus* 21,4%). Mesmo assim, Gomes recebeu apenas 12,0% dos votos válidos em 1998. **(Fleischer, 1998)**

Na comparação do comportamento dos partidos nestas duas eleições **sem** a verticalização (1994 e 1998), podemos observar que quando um partido lança candidato à Presidência tende a selar um grande número de parcerias “inconsistentes” -- mas quando não teve candidato presidencial este número é reduzido (PMDB, PPR/PPB e PDT) em 1994 *versus* 1998. Porém, no mesmo sentido, observamos que quando lançou Ciro Gomes à presidência em 1998, o PPS articulou um número bem maior de parcerias “inconsistentes” de que em 1994, quando integrava a “Aliança Lula”.

<u>% de “Inconsistências”</u>		
<u>Partido</u>	<u>1994</u>	<u>1998</u>
PMDB	81,9%	15,8%
PPR/PPB	64,6%	39,5%
PDT	81,2%	23,5%
PPS	21,4%	69,7%
Média Geral	41,2%	37,5%

Um fenômeno semelhante ocorreu na composição de coligações proporcionais nos estados em 1954, 1958 e 1962. Nos 10 estados onde a eleição para governador (mandato de 4 anos) era coincidente com a de deputados, a proporção destes eleitos via coligações era muito alto, mas nos 10 estados sem eleição para governador (mandato de 5 anos) a proporção de deputados eleitos por coligações era menor. **(Sousa, 2005)**

2.2 – Com a verticalização – 2002 e 2006

Com a imposição da *verticalização* para as eleições em **2002**, o PPB (ex-PPR) e o PFL decidiram não lançar candidato à Presidência da República e ao mesmo tempo não participar de nenhuma coligação presidencial – e assim concentrar na articulação das suas participações em coligações proporcionais com total flexibilidade.

O PFL já havia encerrado a sua parceria com o PSDB (desde 1994) quando em fins de 2001 decidiu lançar a Governadora de Maranhão – Roseana Sarney – como pre-candidata à Presidência em 2002. Por meio de uma campanha televisiva eficaz, no final de fevereiro de 2002 ela já estava emparelhada com Lula nas pesquisas eleitorais – bem acima do então Ministro da Saúde Senador José Serra, o pre-candidato dos *tucanos*.

Porém, em 1 de março de 2002 (portanto, 3 **dias** depois da imposição da *verticalização* pelo TSE), a pre-candidatura da governadora foi “implodida” quando a Polícia Federal invadiu o escritório do marido dela em São Luiz e descobriu R\$1,3 milhões em dinheiro vivo. Este “*cash*” foi exibido em cima de uma mesa e as fotografias viram manchetes na imprensa e em todos os telejornais no dia seguinte □ 30 dias depois a governadora desistiu da campanha presidencial e se candidatou ao Senado. **(Figueiredo, 2003; Nicolau, 2003)**

Logo depois da “implosão” da pre-candidatura da Roseana Sarney, o PFL rompeu totalmente com o governo Fernando H. Cardoso e todos seus indicados para cargos neste governo pediram demissão – desde ministros até ocupantes do quinto escalão. Esta retirada total foi em razão das lideranças nacionais do PFL suspeitar que a operação da Polícia Federal houvesse sido “tutelada” pelo então Ministro da Saúde para eliminar uma forte concorrente na corrida presidencial.

Em 2003, o PFL se tornou um partido em oposição ao Governo Lula junto com o PSDB. Em março de 2006, os dois partidos novamente selaram uma aliança eleitoral presidencial e apoio a candidatura do então Governador de São Paulo, o *tucano* Geraldo Alckmin. Supostamente, alguns líderes do PFL ainda nutriam ressentimentos em relação ao então Prefeito de São Paulo, José Serra (eleito em 2004 com o PFL como vice), que se tornou candidato ao governo de São Paulo em 2006.

Na análise das “inconsistências” ideológicas e políticas nas parcerias nas coligações proporcionais em 2002 (**Quadros 3 e 8**) com **quatro** chapas (principais) lançadas à presidência em 2002 – Serra (PSDB), Lula (PT), Ciro Gomes (PPS) e Garotinho (PSB) – observamos que com a restrição da *verticalização* o índice de “inconsistências” era menor que em 1998 (21,0% versus 37,5%).

Por sua vez, o PFL teve um índice de 18,4%, quase igual ao observado em 1998 (18,8%), mas menor que em 1994 (32,3%). Já o PPB chegou a um índice de 44,6% das suas parcerias consideradas “inconsistentes” – um pouco maior do que os 39,5% em 1998.

Na coligação de Lula (PT, PL, PCdoB, PMN e PCB) notamos apenas 14 parcerias (no caso do PT) “inconsistentes” (13,2%) – com pequenos partidos

considerados “Conservadores”. Os outros 4 partidos que participaram da “Aliança Lula” ainda fecharam algumas parcerias com o PFL e Prona. Porém, a grande novidade em 2002 foi a inclusão do PL na chapa Lula com o então Senador José Alencar (PL-MG) como o vice de Lula. **(K. Alencar, 2002)**

Na coligação de Ciro Gomes (PPS-PDT-PTB) observamos um total de 71 parcerias “inconsistentes” (39,2%) – destacando o maior índice para o PTB (44,4%). No caso da coligação de Anthony Garotinho (PSB-PGT-PTC), o índice de “inconsistências” do PSB (22,2%) foi semelhante ao de 1998 (26,5%) e 1994 (20,0%) quando o partido integrava a “Aliança Lula”.

Diferente dos índices observados para as coligações que elegeram Cardoso em 1994 e 1998 (PSDB-PFL-PTB), a coligação que lançou José Serra em 2002 (PSDB-PMDB) teve menos “inconsistências” ideológicas – 14 parcerias com o PPB (15,1%). Como era fácil prever, o PSDB e o PMDB não tiveram nenhuma parceria com o PFL em coligações proporcionais em 2002. **(Krause, 2005)**

Então, aparentemente a imposição da verticalização surtiu o efeito desejado pelo TSE? Talvez “sim”, dado a redução na frequência de parcerias “inconsistentes” (de 37,5% em 1998 para 21,0% em 2002). Mas, talvez “não”, se consideramos que os partidos brasileiros não se tornaram mais “consistentes” e “coesos” a partir de 2003 – com os mesmos níveis de “migração partidária” após eleições anteriores. **(Almeida, 2005; Kinzo, 2003; Melo, 2004 & 2006; Nicolau, 2003; A.M. Santos; Schmitt, 2005)**

A reação da classe política foi de “indignação” – que a Justiça Eleitoral havia usurpado a prerrogativa legislativa do Congresso na imposição da *verticalização* das coligações eleitorais, e ainda por cima fora do prazo determinado pelo Artigo 16 da Constituição de 1998. Assim, vários parlamentares tentaram aprovar uma emenda constitucional (PEC 548/02) ainda em 2002 para derrubar este mecanismo rotulado de “esdrúxula”. **(Aydos, 2006; Fleischer, 2004)**

Este esforço não resultou em nada, pois esta PEC somente foi aprovada em fevereiro de 2006, e logo o TSE e STF julgaram que tinha sido aprovado fora do prazo (do Artigo 16) e assim somente poderia entrar em vigor para as eleições de 2010. Assim, a *verticalização* valeu para as eleições de 2006 também. Porém, em junho o TSE acabou “flexibilizando” ou “tonificando” as regras da *verticalização* para o pleito de outubro de 2006.

Acontece que em 6 de junho de 2006 o TSE “endureceu” o conceito de *verticalização* elaborado em 2002 para que em 2006 partidos aliados a nível presidencial seriam proibidas de lançar candidatos separados para governador nos estados. Assim, o PSDB-PFL, aliados em apoio ao Geraldo Alckmin para presidente, não poderiam ter candidatos separados para governador, como no Distrito Federal, por exemplo, José Roberto Arruda pelo PFL *versus* Maria de Lourdes Abadia pelo PSDB. Este “endurecimento” em 2006 foi provocado por uma nova “consulta” formulada pelo Dep. Miro Teixeira (PDT-RJ) – o mesmo político cuja consulta ao TSE provocou a *verticalização* em 2002.

Porém, quatro dias após este “endurecimento”, o TSE acabou “flexibilizando” ou “tonificando” esta decisão e recuou para permitir este tipo de “inconsistência”

partidária no pleito de outubro de 2006. (Hashizume, 2006; Matais, 2006) As justificativas de três ministros do TSE (e do STF) quanto este “recuo” foram as seguintes: Marco Aurélio Mello (Presidente do TSE) – “Não posso me substituir ao Congresso Nacional e insistir na **verticalização pura**”; Cezar Peluso – “Não estou convencido que a decisão [anterior] de terça-feira seja inconstitucional. O que me comove é o fator insegurança no meio político”; e Carlos Ayres Britto – “Mas é preciso saber com antecedência as regras do jogo”. (Matais, 2006) Cabe lembrar que **nenhum** destes três ministros participou da decisão de impor a *verticalização* (fora do prazo estipulado no Art. 16 da Constituição de 1988) em fevereiro de 2002.

Logo após a aprovação da PEC 548/02 e o adiamento do seu efeito para 2010 (pelo TSE), em março de 2006 o PFL advertiu que a *verticalização* traria problemas para Lula na sua tentativa de reeleição em 2006. (Fontes e Madureño, 2006)

Em 2006, o PMDB, PSB, PPS, PTB, PL e PP (ex-PPB e ex-PPR) ficaram fora das coligações presidenciais – o PMDB muito dividido quanto integrar a “Aliança Lula” formalmente ou não; e o PP (ex-PPB e ex-PPR) sem maiores afinidades com o PSDB e o PT a nível estadual. (Fleischer, 2007)

Nos **Quadros 4 e 9**, a “Aliança Lula” teve apenas **sete** parcerias consideradas “inconsistentes”. Assim, observamos grandes diferenças entre o perfil da coligação que lançou Geraldo Alckmin (PSDB-PFL) e a coligação Lula. Estes dois partidos da chapa *tucana* selaram **39 parcerias cada** consideradas “inconsistentes” com índices perto de 60%. A situação do PFL em 2006 foi muito destoante dos pleitos anteriores em termos de “inconsistências” observadas – 2006 (55,7%) *versus* 2002 (18,4%), 1998 (18,8%) e 1994 (32,3%).

Nos **27** estados, o **PSDB e PFL** somente selaram parcerias em **13** entre si – menos de metade dos estados (**Quadro 4**). Porém, em 2002, o PSDB e PMDB coligaram em apenas **12** estados (**Quadro 3**). Enquanto na coligação Lula, o **PT** e o **PCdoB** foram parceiros nas coligações proporcionais em **25** dos 27 estados e com o PSB (não participante desta coligação presidencial) em **15** estados. Ficou evidente o caráter anti-Lula do PPS em 2006, sendo que participou de **11** coligações proporcionais com o PSDB-PFL e não fez **nenhuma** parceria com o PT-PCdoB e apenas uma com o PRB.

Nesta análise da composição das coligações em 2006 como também em 2002, a “Aliança pro-Lula” foi muito mais verticalizada do que as coligações lideradas pelos *tucanos*. Ou seja, o conceito da *verticalização* imposto pelo TSE em 2002 talvez tenha sido negativo para o PSDB e positivo para o PT.

Por sua vez, o PMDB (que foi assediado pelo PSDB e PT para entrar em suas respectivas coligações presidenciais) não lançou candidato presidencial e não entrou em nenhuma destas coligações, ficou de fora para melhor articular uma participação mais eficaz nas alianças estaduais – para os pleitos proporcionais, para governador e senador. Por esta razão, observamos nos **Quadros 4 e 10** que o PMDB selou parcerias com o PSDB-PFL em **7** estados e com o PT em **5**, e com nenhum destes em outros **15** estados. A estratégia do PMDB, por sua vez, de ter liberdade para coligar a vontade nos estados parecia acertada, sendo que conseguiu eleger **7** governadores *versus* **5** em 2002.

Por sua vez, o PPB/PP articulou 78 parcerias em 2006, 22 das quais (28,2%) consideradas “inconsistentes”, mas nenhuma com o PT ou PCdoB.

Outro complicador para as estratégias eleitorais dos partidos “médios” (PTB, PSB, PPS, PL, PP e PDT) em 2006 foi a **cláusula de barreira** (5% dos votos válidos a nível nacional e 2% em pelo menos 9 estados). O PSB, PPS, PL e PP decidiram não se envolver com as eleições presidenciais por medo de não ultrapassar esta barreira – mas o PDT teimosamente lançou o ex-Ministro da Educação de Lula, Senador Cristovam Buarque. O PSB e PDT conseguiram atingir esta barreira, mas o PR (ex-PL) incorporou o Prona *ex post facto* para este fim já em janeiro de 2007. Mas, o PTB, PPS, e o PP desistiram deste artifício porque o STF declarou a cláusula de barreira inconstitucional. **(Fleischer, 2007)**

O caso do **PDT** em 2006 é interessante em comparação com o pleito de 1994. Nesta eleição, o PDT lançou o ex-Governador Leonel Brizola candidato à presidência e, como vimos no Quadro 6, 81,2% das parcerias nas eleições proporcionais foram consideradas “inconsistentes”. Doze anos depois, e 2006, novamente o PDT lança um candidato à presidência (com poucas chances de vitória) e 21 das suas parcerias a nível estadual foram consideradas “inconsistentes” (75%). Porém, esta estratégia do PDT “vingou” pelo menos em relação à cláusula de barreira, sendo que o partido alcançou 5,21% dos votos válidos para deputado federal.

3.0 – Considerações finais

A *verticalização* das coligações foi imposta pelo TSE em fevereiro de 2002 em resposta a uma consulta formulada pelo Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Em junho de 2006, respondendo a uma nova consulta do mesmo deputado, o TSE ensaiou “endurecer” mais ainda as normas deste “casuismo nocivo à democracia” **(PCdoB, 2005)**, mas recuou neste intento alegando não querer usurpar as funções legislativas do Congresso Nacional.

Mesmo assim, este artifício vigorou para as eleições de 2002 e 2006, e este trabalho tentou avaliar os efeitos sobre os partidos comparado aos pleitos de 1994 e 1998 que operaram sem a *verticalização*.

Em primeiro lugar, a imposição deste conceito quase fez dobrar o número de coligações para as eleições proporcionais nos 27 estados e também a média deste número nos estados. Antes da *verticalização*, apenas um estado chegou a ter mais de 5 coligações. Mas depois da introdução desta norma, 8 estados alcançaram este nível em 2002 e 9 estados em 2006.

Com a *verticalização*, o TSE tentou impor uma “simetria” [consistência, coerência] ideológica e política entre as alianças partidárias para a presidência da República e as coligações proporcionais nos 27 estados.

De fato, o levantamento aqui apresentado mostrou que o grau de “inconsistências” em 1994 (41,2%) e 1998 (37,5%) era “grande”, especialmente nas alianças que elegeram e reelegeram Presidente Cardoso. Por outro lado, estas inconsistências foram até maiores nas coligações liderados pelo PMDB, PDT e PPR em 1994, e pelo PPS em 1998.

Mas, quando estes quatro partidos integravam coligações lideradas por outros partidos, seus níveis de “inconsistências” foram bem menores. **Sousa (2005)** mostrou fenômeno semelhante que operou nas eleições de 1954, 1958 e 1962.

Porém, nestes mesmos pleitos (1994 e 1998), os dados mostraram que o PT e seus aliados evidenciaram um nível bem menor de “inconsistências” nas suas coligações proporcionais estaduais.

No entanto, mesmo admitindo que as configurações das coligações proporcionais fossem um tanto “esdrúxulas” [na concepção do TSE], a acusação de que esta resolução do TSE foi tomada para “prejudicar o PT” no pleito de 2002, não foi confirmado. Ao contrário, o candidato Lula venceu com ampla maioria e o PT elegeu a maior bancada na Câmara Baixa – 91 deputados.

Também, o fato de uma “cláusula de barreira” vigorar em 2006 pesou na decisão de vários partidos médios (PSB, PPS, PL e PP) a não integrar nenhuma coligação presidencial e concentrar seus esforços na “livre” articulação de alianças para as eleições estaduais. Como em 1994, em 2006 o PDT lançou um candidato presidencial e mesmo assim conseguiu ultrapassar a “barreira” de 5% dos votos válidos para deputado federal – mas lançando mão a um número grande de “inconsistências” (como em 1994).

Finalmente, se o PL 2679/03, aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em dezembro de 2003, tivesse sido implantado pelo Congresso, ao em vez das coligações proporcionais em 2006, Brasil teria experimentado “federações de partidos” onde os partidos “federados” (e seus deputados) teriam permanecido juntos até setembro de 2009. Assim, o fenômeno da “migração partidária” de deputados (posterior às eleições) teria sido contornado. **(Fleischer, 2004)** Neste caso, os cálculos e estratégias dos partidos (em 2006) para se aliar (em federações) para permanecer juntos por 3 anos teriam sido diferentes do que as estratégias de coligações (na legislação atual), onde as alianças se desfazem logo no dia depois da eleição.

Brasília, julho de 2007

Bibliografia

Alencar, Kenedy.

2002. “Aliança PT-PL abala Garotinho,” *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 2002.

Almeida, João.

2005. “Marmita eleitoral,” *Folha de São Paulo*, 14 de maio de 2005, p. A-3.

Amaral, Roberto (org.).

1995. *FHC: Os paulistas no poder*. São Paulo: Editora Papyrus

Ames, Barry.

1995. “Electoral strategy under open-list proportional representation,” *American Journal of Political Science*, 39:406-433.

Amorim Neto, Octávio & Fabiano G. M. Santos.

1997. "The executive connection: Presidentially-defined factions and party discipline in Brazil," *Party Politics*, 7(2):213-234.

Araújo, Caetano Ernesto Pereira.

2004. "O monopólio dos partidos sobre a representação política," *Revista de Informação Legislativa* [Senado Federal], Nº 161 (jan./mar.), pp. 125-132.

Avelar, Lúcia & Antônio Octávio Cintra (orgs.).

2007. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: UNESP. 2ª Edição.

Avritzer, Leonardo & Fátima Anastasia (orgs.).

2006. *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG,

Aydos, Eduardo Dutra.

2006. "Verticalização das coligações: inaplicabilidade da PEC-548/02 e inconstitucionalidade das decisões do TSE," *Versão Crítica do Brasil*, 9 de março de 2006. www.diegocasagrande.com.br

Braga, Maria do Socorro.

2006. "Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e conseqüências das coligações partidárias no Brasil," IN: SOARES & RENNÓ (orgs.). *Reforma política . . .*, op. cit., pp. 228-245.

Cary, John M. & Gina Yannitell Reinhardt.

2003. "Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil," *Dados* [Rio de Janeiro], 46(4):773-804.

Cintra, Antônio Octávio.

1991. "Notas sobre alguns formalismos relevantes: sistema eleitoral, sistema partidário e sistema de governo," *Cadernos de Conjuntura* [IUPERJ], 43:33-42.

Dalmoro, Jefferson & David Fleischer.

2005. "Os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade: Um estudo sobre as eleições de 1994, 1998 e 2002 para a Câmara dos Deputados," IN: KRAUSE & SCHMITT (orgs.). *Partidos e Coligações . . .*, op. cit., pp. 85-113.

Figueiredo, Marcus.

1994. "Competição eleitoral: eleições casadas, resultados solteiros," *Monitor Público* [Rio de Janeiro], 2:21-27.

2003. "2002: Uma eleição fenomenal," IN: HOFMEISTER (org.). *Eleições e Partidos*, op.cit., pp. 57-82.

Fleischer, David V.

1998. "Reelección a brasileña: las elecciones generales de 1998," *Contribuciones* [Buenos Aires], 15(4):175-195.

2004. "Reforma política en Brasil: una historia sin fin", *América Latina Hoy* [Salamanca, Espanha], 37:81-99.

2005. "Coligações eleitorais," IN: AVRITZER & ANASTASIA (orgs.). *Reforma Política no Brasil*. op. cit., pp. 142-146,

2007. "Os partidos políticos," IN: AVELAR & CINTRA (orgs.). *Sistema Político*

Brasileiro . . ., op. cit., pp. 303-348.

Fogaça, José

2002. “Verticalização das coligações ‘marionetizou’ a política,” *Jornal do Senado*, 23 de abril de 2002.

Fontes, Cida & Denise Madureño.

2006. “Verticalização trará problemas para Lula, diz líder do PFL,” *Estado de São Paulo*, 3 de março de 2006.

Garcia, Marco Aurélio.

1995. “As eleições de 1994: textos e contextos,” IN: AMARAL (org.). *FHC: Os paulistas no poder*. São Paulo: Editora Papirus, pp. 215-133.

Guerzoni Filho, Gilberto.

2004. “A justiça eleitoral no Brasil: a desconfiança como elemento fundamental do nosso sistema eleitoral,” *Revista de Informação Legislativa* [Senado Federal], Nº 161 (jan./mar.), pp. 39-45.

Hashizume, Maurício.

2006. “TSE tonifica regras da verticalização e embaralha coligações,” *Carta Maior*, 8 de junho de 2006.

Hofmeister, Wilhelm (org.).

2003. *Partidos e Coligações*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. (Cadernos Adenauer), Vol. 4, Número 1.

Kinzo, Maria D’Alva Gil.

2003. “Legislação eleitoral, sistema partidário e reforma política,” *Política & Sociedade-Revista de Sociologia Política*, 1(2):

Krause, Silvana & Rogério Schmitt (orgs.).

2005. *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

Krause, Silvana.

2005. “Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994, 1998 e 2002): Coligações eleitorais X nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro,” IN: KRAUSE & SCHMITT (orgs.). *Partidos e Coligações . . .*, op. cit., pp. 115-141.

Lima Junior, Olavo Brasil de.

1995. “Eleições Gerais de 1994: Resultados e implicações político-institucionais,” *DADOS* [Rio de Janeiro], 38(1):93-106.

Machado, Aline.

2005. “A lógica das coligações no Brasil,” IN: KRAUSE & SCHMITT (orgs.). *Partidos e coligações . . .*, op. cit., pp. 43-83.

Machado, Carlos Augusto Mello.

2006. "Verticalização para quê?" *Eleições 2006*, Assessoria de Comunicação Social da UnB, 28 de março de 2006. www.unb.br/acs/artigos/at0306-08.htm

Matais, Andreza.

2006. "TSE recua e flexibiliza verticalização nas coligações eleitorais," *Folha de São Paulo*, 9 de junho de 2006.

Melo, Carlos Ranulfo.

2004. *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG..

2006. "Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil," IN:

SOARES & RENNÓ (orgs.). *Reforma política . . .*, op. cit., pp. 157-175.

Mignone, Ricardo.

2002. "Ministro da Justiça critica verticalização das coligações," *Folha de São Paulo*, 27 de fevereiro de 2002.

Nicolau, Jairo Marconi.

2003. "Notas sobre as eleições de 2002 e do sistema partidário brasileiro," IN: HOFMEISTER (org.). *Eleições e Partidos*, op. cit., pp. 11-20.

2006. "Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil," IN: SOARES & RENNÓ (orgs.). *Reforma política . . .*, op. cit., pp. 23-33.

2007. "O sistema eleitoral brasileiro," IN: AVELAR & CINTRA (orgs.). *O sistema político brasileiro . . .*, op. cit., pp. 293-202.

Oliveira, Isabel Ribeiro de.

1973. "Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)," *Dados* [Rio de Janeiro], 10:166-183.

PCdoB

2005. "Verticalização: casuísmo nocivo à democracia," *Vermelho* 12 de dezembro de 2005. www.vermelho.org.br

Rabat, Márcio M.

2002. "Coligações eleitorais: a vontade da Lei contra a vontade do TSE," *Cadernos Aegis* [Brasília], 6(16):63-74.

Rodrigues, Leôncio Martins.

1995. "Eleições, fragmentação partidária e governabilidade," *Novos Estudos CEBRAP* [São Paulo], 41:78-90.

Roma, Cesar.

2000. "Política de alianças e desempenho eleitoral: as estratégias de competição do PSDB entre 1989 e 1998," Trabalho apresentado no XXIV Congresso da ANPOCS, Petrópolis, RJ.

Santos, André Marengo dos.

2006. "Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária," IN: SOARES & RENNÓ (orgs.). *Reforma política . . .*, op. cit., pp. 176-192.

Santos, Antônio Augusto Mayer dos.

2006. "Verticalização e artificialidade nas coligações," *Boletim Jurídico*, Ano V, Nº 233. www.boletimjuridico.com.br

Santos, Wanderley Guilherme dos.

1973. "Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira (1961-1964)," *Revista de Administração de Empresas* [Rio de Janeiro], 13(4): 61-71.

2007. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Schmitt, Rogério. 1998. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IUPERJ.

1999. "Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados," *Novos Estudos CEBRAP* [São Paulo], 54:127-146.

2005. "Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira," IN: KRAUSE & SCHMITT (orgs.). *Partidos e coligações . . .*, op. cit., pp. 11-25.

Soares, Gláucio Ary Dillon.

1964. "Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria," *Revista Brasileira de Estudos Políticos* [Belo Horizonte], 17:95-124.

Soares, Gláucio Ary Dillon & Lúcio R. Rennó (orgs.).

2006. *Reforma política: Lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Sousa, Vivaldo Reinaldo de.

1996. *As Coligações Partidárias nos Períodos 1986 a 1994 vs. 1954 a 1962*. Tese de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília.

2005. "O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais," IN: KRAUSE & SCHMITT (orgs.). *Partidos e Coligações . . .*, op. cit., pp. 27-41.

Anexos

QUADRO 1 – Parceiros nas Coligações em 1994 (27 Estados)

	Parceiros	N ^{o*}	Frequência das Combinações de Parceiros Coligados								
			Coligação FHC								
PSDB	70	PMDB-11	PDT-7	PFL-6	PPR-6	PTB-6	PL-6	PCdoB-6	PPS-4	PSD-4	
PFL	65	PP-11	PTB-10	PPR-9	PL-8	PSDB-6	PDT-6	PMDB-4	PSC-2	PV-2	
PTB	63	PFL-10	PDT-10	PP-8	PL-8	PSDB-6	PPR-5	PMDB-3	PSC-3	PCdoB-2	
				Base FHC no Congresso							
PP	69	PPR-14	PFL-11	PTB-8	PMDB-7	PL-5	PSDB-4	PDT-4	PSC-3	PMN-3	
PL	48	PFL-8	PTB-8	PSDB-6	PP-5	PMDB-4	PPR-3	PCdoB-2	PSD-2		
				Coligação Lula							
PT	66	PCdoB-13	PSB-12	PPS-10	PV-7	PMN-6	PSTU-6	PDT-5	PP-2	PSDB-1	
PSB	60	PCdoB-13	PT-12	PPS-8	PDT-5	PV-5	PSDB-3	PMN-3	PSTU-3	PMDB-2	
PCdoB	82	PT-13	PSB-13	PPS-13	PV-7	PSDB-6	PMN-6	PDT-5	PSTU-4	PMDB-4	
PPS	70	PCdoB-13	PT-10	PSB-8	PV-7	PSTU-5	PSDB-4	PDT-4	PMN-4	PMDB-3	
PSTU	24	PT-6	PPS-5	PCdoB-4	PV-4	PSB-3	PMN-2				
PV	50	PT-7	PCdoB-7	PPS-7	PSB-5	PSTU-4	PDT-4	PSDB-3	PMN-3	PFL-2	
				Outros Candidatos							
PMDB	66	PSDB-11	PPR-8	PP-7	PSD-7	PDT-5	PFL-4	PCdoB-4	PL-4	PTB-3	
PSD	32	PMDB-7	PPR-4	PSDB-4	PCdoB-4	PP-2	PTB-2	PSB-2	PL-2		
PDT	69	PTB-10	PSDB-7	PFL-6	PMN-6	PMDB-5	PT-5	PSB-5	PCdoB-5	PPS-4	
PPR	65	PP-14	PFL-9	PMDB-8	PSDB-6	PTB-5	PSD-4	PL-3	PSC-3	PMN-3	
				Outros Partidos Pequenos							
PMN	45	PT-6	PDT-6	PCdoB-6	PPS-4	PPR-3	PP-3	PSB-3	PV-3	PMDB-2	
PSC	25	PPR-3	PP-3	PTB-3	PFL-2	PPS-2	PRP-2	PMN-2			
PRP	19	PMDB-2	PPR-2	PL-2	PPS-2	PSC-2	PRN-2	PSDB-1	PP-1	PDT-1	
PRN	15	PTB-2	PL-2	PSC-2	PRP-2	PMDB-1	PPR-1	PP-1	PCdoB-1		

* - Número total de parcerias nos 27 estados. O tamanho das coligações variou de 2 a 8 partidos.

Negrito = coligações “inconsistentes”.

Fonte: Compilado dos dados em V. R. Sousa (1996)

QUADRO 2 – Parceiros nas Coligações em 1998 (27 Estados)

	Parceiros	N ^{o*}	Frequência das Combinações de Parceiros Coligados								
			Coligação FHC								
PSDB	86	PL-11	PMDB-9	PFL-9	PTB-9	PPB-8	PPS-6	PMN-6	PSB-6	PSD-4	PV-4
PFL	80	PPB-13	PTB-12	PL-11	PSDB-9	PMDB-8	PSC-7	PRP-6	PSD-4	PPS-2	PCdoB-2
PTB	78	PFL-12	PSDB-9	PMDB-8	PL-9	PPB-7	PMN-6	PDT-5	PPS-4	PCdoB-4	PSB-3
PPB#	86	PFL-13	PL-13	PSDB-8	PMDB-8	PTB-7	PMN-6	PSD-6	PSC-5	PPS-4	PDT-4
PSD	50	PL-7	PMDB-7	PPB-6	PPS-5	PTB-5	PFL-4	PSDB-4	PSC-4	PRP-3	PMN-3
				Coligação Lula							
PT	67	PCdoB-17	PSB-12	PDT-11	PMN-7	PV-6	PPS-6	PSDB-2	PTN-2	PTB-1	PPB-1
PDT	98	PSB-13	PCdoB-12	PT-11	PMN-10	PV-7	PPS-7	PTB-5	PPB-4	PL-4	PSDB-3
PSB	83	PCdoB-13	PDT-13	PT-12	PMN-9	PV-8	PPS-8	PSDB-6	PTB-3	PPB-3	PL-2
PCdoB	77	PT-17	PSB-13	PDT-12	PMN-7	PPS-6	PV-6	PTB-4	PL-3	PRP-3	PRN-3
				Coligação Ciro Gomes							
PPS	76	PSB-8	PMN-8	PL-7	PDT-7	PCdoB-6	PT-6	PSDB-6	PV-5	PMDB-5	PRP-5
PL	96	PPB-13	PFL-11	PMDB-11	PSDB-11	PTB-9	PPS-7	PSD-7	PSC-6	PDT-4	PMN-4
PMDB	76	PL-11	PSDB-9	PTB-8	PFL-8	PPB-8	PSD-7	PPS-5	PSC-5	PMN-4	PRP-4
				Outros Partidos Pequenos							
PV	55	PSB-8	PDT-7	PMN-7	PT-6	PCdoB-6	PPS-5	PL-4	PSDB-4	PPB-3	PRP-3
PMN	81	PDT-10	PSB-9	PPS-8	PT-7	PCdoB-7	PV-7	PTB-6	PPB-6	PSDB-6	PL-4
PSC	46	PFL-7	PL-6	PPB-5	PRP-5	PMDB-5	PSD-4	PSDB-4	PRN-3	PTB-3	PCdoB-2
PRP	47	PFL-6	PL-5	PPS-5	PSC-5	PSDB-4	PMDB-4	PSD-3	PV-3	PCdoB-3	PPB-3
PRN	10	PSC-3	PPB-3	PMN-2	PSD-2						

* - Número total de parcerias nos 27 estados. O tamanho das coligações variou de 2 a 12 partidos.

- O PPR se tornou PPB em 1995.

Negrito = coligações “inconsistentes”.

Fonte: Dados gentilmente cedidos por Jefferson Dalmore (2005).

QUADRO 3 – Parceiros nas Coligações em 2002 (27 Estados)

	Parceiros	N**	Frequência das Combinações de Parceiros Coligados								
Coligação Serra											
PSDB	56	PMDB-12	PFL-12	PPB-9	PRP-5	PV-5	PSDC-4	PSC-3	PST-3	PTN-2	
PMDB	37	PSDB-12	PFL-7	PPB-5	PST-3	PV-3	PTN-2	PSC-2	PSDC-2	PRP-1	
Coligação Lula											
PT	106	PCdoB-26	PL-24	PMN-24	PCB-12	PV-4	PST-4	PTN-4	PSDC-3	PSC-3	PRP-1
PL	86	PT-24	PCdoB-17	PMN-17	PCB-9	PSDC-4	PSC-3	PTN-3	PST-3	PV-2	PFL-2
PCdoB	99	PT-26	PMN-22	PL-17	PCB-12	PV-4	PST-4	PTN-4	PSC-4	PSDC-4	Prona-1
PMN	90	PT-24	PCdoB-22	PL-17	PCB-10	PV-4	PST-4	PTN-3	PSC-2	PSDC-2	Prona-1
PCB	62	PT-12	PCdoB-12	PMN-10	PL-9	PV-2	PST-2	PTN-2	PSC-1	Prona-1	
Coligação C. Gomes											
PPS	67	PDT-18	PTB-15	PPB-7	PFL-6	PRP-5	PV-4	PSDC-4	PTN-4	PSC-3	PST-1
PDT	51	PPS-18	PTB-15	PPB-5	PRP-4	PTN-4	PSDC-2	PST-2	PFL-1		
PTB	63	PDT-15	PPS-15	PPB-9	PFL-5	PTN-5	PRP-4	PST-2	PSDC-2	PV-1	Prona-1
Garotinho											
PSB	27	PSC-6	PRP-4	PSDC-4	PV-4	PST-3	Prona-3	PPB-2	PTN-1		
Partidos “Independentes”											
PFL	76	PPB-13	PSDB-12	PMDB-7	PST-7	PPS-6	PTB-5	PV-4	PSDC-4	PSC-4	PL-2
PPB	83	PFL-13	PSDB-9	PTB-9	PPS-7	PTN-7	PST-7	PDT-5	PMDB-5	PSDC-5	PRP-5
PV	64	PSDC-7	PSC-6	PST-7	PSDB-5	PFL-4	PPB-4	PT-4	PCdoB-4	PMN-4	PSB-4
PS	66	PRP-10	PSDC-8	PST-7	PV-6	PSB-6	PTN-5	PFL-4	PCdoB-4	PPS-3	PSDB-3
PST	71	PFL-7	PPB-7	PSDC-7	PV-7	PSC-7	PRP-6	Prona-4	PT-4	PCdoB-4	PMN-4

* - Número total de parcerias nos 27 estados. O tamanho das coligações variou de 2 a 12 partidos.

Negrito = coligações “inconsistentes”.

Fonte: Dados gentilmente cedidos por Aline Machado (2005).

QUADRO 4 – Parceiros nas Coligações em 2006 (27 Estados)

	Parceiros	N**	Frequência das Combinações de Parceiros Coligados								
Coligação Lula											
PT	92	PCdoB-25	PSB-15	PRB-11	PL-10	PMN-7	PTB-7	PMDB-5	PSC-5	PP-3	PV-3
PCdoB	88	PT-25	PSB-14	PRB-11	PL-9	PMN-7	PTB-6	PMDB-5	PV-4	PSC-4	PP-2
PRB	47	PT-11	PCdoB-11	PSB-6	PMN-4	PL-4	PMDB-3	PV-3	PSC-3	PTB-1	PPS-1
Base Lula no Congresso											
PP#	78	PTB-11	PL-9	PFL-8	PSDB-7	PV-7	PSB-6	PMN-6	PSC-6	PMDB-6	PDT-4
PSB	88	PT-15	PCdoB-14	PL-9	PTB-8	PV-7	PP-6	PRB-6	PMN-6	PMDB-5	PDT-4
PTB	87	PL-12	PP-11	PSDB-9	PFL-8	PSB-8	PMN-7	PT-7	PCdoB-6	PMDB-6	PV-
PL	100	PTB-12	PT-10	PCdoB-9	PP-9	PSB-9	PSC-8	PFL-8	PMN-7	PSDB-6	PPS-5
Coligação Alckmin											
PSDB	67	PFL-13	PPS-11	PTB-9	PP-7	PMDB-7	PL-6	PV-5	PMN-4	PSC-4	PSB-1
PFL	70	PSDB-13	PPS-11	PTB-8	PP-8	PL-8	PMDB-7	PSC-7	PMN-5	PV-3	
H. Helena											
PSTU	30	PSoL-18	PCB-11	PCdoB-1	31	PSTU-18	PCB-13				
C. Buarque											
PDT	28	PPS-5	PSC-5	PP-4	PSB-4	PL-4	PMDB-2	PTB-2	PV-2		
Partidos “Independentes”											
PMDB	77	PPS-10	PSDB-7	PFL-7	PP-6	PTB-6	PT-5	PCdoB-5	PSB-5	PSC-5	PMN-5
PPS	74	PSDB-11	PFL-11	PMDB-10	PV-7	PSC-6	PMN-6	PL-5	PDT-5	PSB-3	PP-3
PMN	75	PT-7	PCdoB-7	PL-7	PTB-7	PSB-6	PPS-6	PP-6	PV-6	PSC-5	PFL-5
PV	66	PP-7	PSB-7	PPS-7	PSC-7	PMN-6	PSDB-5	PL-5	PCdoB-4	PTB-4	PRB-3
PSC	70	PL-8	PFL-7	PV-7	PP-6	PPS-6	PT-5	PMN-5	PDT-5	PMDB-5	PSDB-4

* - Número total de parcerias nos 27 estados. O tamanho das coligações variou de 2 a 13 partidos.

- O PPB virou PP em 2004.

Negrito = coligações “inconsistentes”.

Fonte: Dados cedidos gentilmente por Jefferson Dalmoro.

QUADRO 5 – Perfil das Coligações de 1994 e 1998 versus 2002 e 2006

	<u>1994</u>	<u>1998</u>	<u>2002</u>	<u>2006</u>
Nº de Coligações	72	79	140	140
<u>Nº de Coligações</u> <u>por Estado</u>				
2	15	11*	0	0
3	8	11	0	1
4	2	3	8	7
5	2	1	11	10
5+	0	1	8**	9**
<u>Média</u>	2,67	2,93	5,19	5,19

* - Em 1998, Acre teve uma só coligação, e o PFL, PPB e PMDB concorreram sozinhos.

** - Só o estado de Rio de Janeiro teve **oito** coligações em **2002**, e **nove** em **2006**.

QUADRO 6 – “Inconsistências” nas Parcerias em 1994

Partido	Nº de Parcerias	Parcerias consideradas “inconsistentes”	Total	%
PSDB	70	PMDB-11 PDT-7 PCdoB-6 PPR-6 PPS-3 PSB-3	46	65,7
PFL	65	PPR-9 PDT-6 PMDB-4 PV-2	21	32,3
PTB	63	PDT-10 PPR-5 PMDB-3 PCdoB-2 PSD-2	22	34,9
PP	69	PPR-14 PMDB-7 PTB-5 PDT-4 PSD-4 PMN-3	30	43,5
PL	48	PMDB-4 PPR-3 PCdoB-2 PSD-2	11	22,9
PT	66	PDT-5 PP-2 PSDB-1	8	12,1
PSB	60	PDT-5 PSDB-3 PMDB-2 PSD-2	12	20,0
PCdoB	82	PSDB-6 PDT-5 PMDB-4 PSD-4 PTB-2 PL-2	24	29,3
PPS	70	PSDB-4 PDT-4 PMDB-3 PSC-2 PRP-2	15	21,4
PSTU	24	Zero	0	0,0
PV	50	PDT-4 PSDB-3 PFL-2	9	18,0
PMDB	66	PSDB-11 PPR-8 PP-7 PDT-5 PCdoB-4 PFL-4	54	81,9
PSD	32	PPR-4 PSDB-4 PCdoB-4 PTB-2 PSB-2 PL-2	18	56,3
PDT	69	PTB-10 PSDB-7 PFL-6 PSB-5 PMDB-5 PT-5	56	81,2
PPR	65	PP-14 PFL-9 PMDB-8 PSDB-6 PL-3 PMN-2	42	64,6
PMN	45	PP-3 PPR-3 PMDB-2	8	17,8
Total	912		376	41,2%

QUADRO 7 – “Inconsistências” nas Parcerias em 1998

<u>Partido</u>	<u>Nº de Parcerias</u>	<u>Parcerias consideradas</u>	<u>“inconsistentes”</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
PSDB	86	PL-11 PPS-6 PMN-6 PSB-6 PDT-3 PV-4 PDT-3		38	44,2
PFL	80	PL-11 PPS-2 PCdoB-2		15	18,8
PTB	78	PL-9 PMN-6 PDT-5 PPS-4 PCdoB-4 PSB-3		32	41,0
PPB	86	PL-13 PMN-6 PPS-4 PDT-4 PSB-3 PV-3 PT-1		34	39,5
PSD	50	PL-7 PPS-5 PMN-3		15	30,0
PT	67	PPS-6 PSDB-2 PTB-1 PPB-1		10	14,9
PDT	98	PPS-7 PTB-5 PPB-4 PSDB-3 PL-4		23	23,5
PSB	83	PPS-8 PSDB-6 PTB-3 PPB-3 PL-2		22	26,5
PCdoB	77	PPS-6 PTB-4 PL-3 PRP-3 PRN-3 PFL-2		26	33,8
PPS	76	PSB-8 PDT-7 PSDB-6 PCdoB-6 PT-6 PMDB-5		53	69,7
PL	96	PPB-13 PFL-11 PSDB-11 PTB-9 PSD-7 PDT-4		68	79,1
PMDB	76	PPS-5 PMN-4 PCdoB-3		12	15,8
PV	55	PL-4 PSDB-4 PPB-3		11	20,0
PMN	81	PTB-6 PPB-6 PSDB-6 PMDB-4 PSD-3 PRN-2		31	38,3
Total	1.039			390	37,5%

QUADRO 8 – “Inconsistências” nas Parcerias em 2002

<u>Partido</u>	<u>Nº de Parcerias</u>	<u>Parcerias consideradas</u>	<u>“inconsistentes”</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
PSDB	56	PPB-9		9	16,1
PMDB	37	PPB-5		5	13,5
PT	106	PTN-4 PST-4 PST-3 PSC-3		14	13,2
PL	86	PSDC-4 PSC-3 PTN-3 PST-3 PFL-2		15	17,4
PCdoB	99	PST-4 PTN-4 PSC-4 PSDC-4 Prona-1		17	17,2
PMN	90	PST-4 PTN-3 PSC-2 PSDC-2 Prona-1		12	13,3
PCB	62	PST-2 PTN-2 PSC-1 Prona-1		6	9,7
PPS	67	PPB-7 PFL-6 PSDC-4 PTN-4 PSC-3 PST-1		25	37,3
PDT	51	PPB-5 PRP-4 PTN-4 PSDC-2 PST-2 PFL-1		18	35,3
PTB	63	PPB-9 PFL-5 PTN-5 PRP-4 PST-2 PSDC-2		28	44,4
PSB	27	Prona-3 PPB-2 PTN-1		6	22,2
PFL	76	PPS-6 PTB-5 PL-2 PDT-1		14	18,4
PPB	83	PSDB-9 PTB-9 PPS-7 PDT-5 PMDB-5 PSB-2		37	44,6
PV	64	Zero		0	0,0
PSC	66	PCdoB-4 PPS-3 PSDB-2 PL-3		16	24,2
PST	71	PT-4 PCdoB-4 PMN-4 PCB-2		14	19,7
Total	1.056			222	21,0%

QUADRO 9 – “Inconsistências” nas Parcerias em 2006

Partido	Nº de Parcerias	Parcerias consideradas “inconsistentes”	Total	%
PT	92	PSC-5	05	5,4
PCdoB	88	PSTU-1	01	1,1
PRB	47	PPS-1	01	2,1
PP#	78	PFL-8 PSDB-7 PDT-4 PPS-3	22	28,2
PSB	88	PDT-4 PPS-3 PSDB-1	08	9,1
PTB	87	PSDB-9 PFL-8 PDT-2	19	21,8
PL	100	PFL-8 PSDB-6 PPS-5 PDT-4	23	23,0
PSDB	67	PTB-9 PP-7 PMDB-7 PMN-4 PL-6 PV-5	39	58,2
PFL	70	PTB-8 PP-8 PL-8 PMDB-7 PMN-5 PV-3	39	55,7
PSoL	31	Zero	00	0,0
PSTU	30	PCdoB-1	01	3,3
PDT	28	PSC-5 PP-4 PSB-4 PL-4 PMDB-2 PTB-221	75,0	
PMDB	77	PPS-10 PSDB-7 PFL-7 PDT-2	26	36,1
PPS	74	PMDB-10 PL-5 PSB-3 PP-3 PRB-1	22	29,7
PMN	75	PPS-6 PFL-5 PSC-5	16	21,3
PV	66	PSDB-5 PFL-3	08	12,1
PSC	71	PT-5 PMN-5	10	14,1
Total	1.166		261	22,4%

QUADRO 10 – Configuração de Coligações em 2006 (27 estados)

Coligações Presidenciais	Coligações Proporcionais
PSDB + PFL	em <u>13</u> estados
PT + PCdoB	em <u>25</u> estados
“Independentes” + Coligações Pres.	
PSB + PT + PCdoB	em <u>15</u> estados
PPS + PSDB + PFL	em <u>11</u> estados
PPS + PT + PCdoB	em <u>zero</u> estados
PMDB + PSDB + PFL	em <u>7</u> estados
PMDB + PT + PCdoB	em <u>5</u> estados
PMDB “sozinho”	em <u>15</u> estados

SÉRIE CEPPAC

Últimos títulos publicados

001. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Discurso de agradecimento pelo título de Doutor Honoris Causa”. Série Ceppac, 2006, 8p.

002. STANTON, Anthony. “El Laberinto de la Soledad” y la apertura de canon. Série Ceppac, 2006, 12p.

003. BERNAL, Juan Bosco. “Desafíos de las innovaciones en los sistemas educativos latinoamericanos”. Série Ceppac, 2006, 17p.

004. TEÓFILO DA SILVA, Crísthian. “A condição pós-moderna e as Ciências Sociais”. Série Ceppac, 2007, 12p.

005. SARAIVA, Adriana Coelho. “Sob as lentes da meta-ciência: Reflexões sobre as perspectivas interdisciplinares de Pierre Bourdieu e Bruno Latour”. Série Ceppac, 2007, 10p.

006. FLEISCHER, David. “A Política de Coligações no Brasil – antes e depois da *Verticalização* (1994 e 1998 vs. 2002 e 2006): Impactos sobre os partidos”. Série Ceppac, 2007, 22p.

Instruções para os Colaboradores da Série Ceppac

A fim de tornar mais eficiente o preparo de cada número da série, toda e qualquer matéria destinada à publicação deve ser enviada ao Editor da Série Ceppac em cópia legível, com margens espaçosas (esquerda 3cm, direita 3cm), espaço entre linhas “duplo”, fonte “Times New Roman”, tamanho “12”, de modo a permitir anotações de revisão e diagramação. O texto deverá ser entregue com alinhamento “Justificado”.

As citações com mais de quatro linhas devem ser destacadas do texto normal em um novo parágrafo, reduzindo o espaço entre linhas para “simples”. As notas de pé-de-página deverão ser breves e excluir simples referências bibliográficas; estas devem ser incluídas no texto principal entre parêntesis, limitando-se ao sobrenome do autor, ano e páginas, como, por exemplo: (CARDOSO DE OLIVEIRA 1998: 09). A referência completa deverá ser indicada na BIBLIOGRAFIA, conforme o seguinte modelo:

Livro

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 1998.

Capítulo de livro

LÓPEZ, Claudia Leonor. Procesos de formación de fronteras en la región del Alto Amazonas/Solimões: La historia de las relaciones interétnicas de los Ticuna. In: CARDOSO

DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen (orgs.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Coleção Américas. Brasília: Editora UnB, 2005, pp.55-83.

Artigo científico

CRESPO, Carolina. Del ocaso del pasado a la reliquia del presente: Una trayectoria de vida alrededor del arte rupestre en Patagonia argentina. Campos – Revista de Antropología Social, 06/1-2, ano 2005, pp. 125-137.

Página da Internet

KELLY, R. Electronic Publishing at APS: Its not just online journalism. APS News Online, Los Angeles, Nov. 1996. Disponível em: <http://www.aps.org/apsnews/1196/11965.html>. Acesso em: 25 de novembro de 1998.

Deve-se evitar o uso de negritos, itálicos e sublinhados, bem como o uso de tabulações que afetem a diagramação do texto.

Os quadros, gráficos, figuras e fotos devem ser apresentados em folhas separadas, numerados e titulados corretamente, com indicação de seu lugar no texto e de forma pronta para impressão.

Solicita-se o envio do arquivo eletrônico ao editor da Série CEPPAC.

Grato por sua colaboração.